



Universidade  
Estadual de Londrina

---

ROSILENE APARECIDA PALMA LIMA

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA NO  
CONTEXTO ATUAL:  
UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA UNESCO**

---

LONDRINA  
2009

ROSILENE APARECIDA PALMA LIMA

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA NO  
CONTEXTO ATUAL:  
UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA UNESCO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Eliane Cleide da Silva  
Czernisz

LONDRINA  
2009

ROSILENE APARECIDA PALMA LIMA

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA NO  
CONTEXTO ATUAL:  
UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA UNESCO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Eliane Cleide da Silva  
Czernisz

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

A Prof<sup>a</sup> Eliane Cleide da Silva Czernisz, pela condução e orientação deste trabalho, pela paciência e dedicação dada neste período de dois anos e também pelos ensinamentos que obtive durante este percurso.

À minha família, pela compreensão dada nos momentos dedicados ao estudo.

A Deus que com certeza esteve comigo, dando força para que levasse este estudo até o fim.

LIMA, Rosilene Aparecida Palma. **Problematizando a violência no contexto atual: uma análise da abordagem da UNESCO.** 2009. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)– Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## **RESUMO**

Na atualidade o problema violência tem preocupado a sociedade brasileira, e inquietado a área da educação. Neste trabalho temos como objetivo realizar uma problematização da violência, questionando o seu conceito e como vem se dando as propostas de superação. Trata-se de um estudo importante para compreender a amplitude do tema, bem como sua definição, as causas e propostas de superação. Para isso foram analisados documentos da UNESCO que abordam o assunto, de onde destacamos suas concepções e propostas de superação. Também realizamos discussão bibliográfica a fim de discutir a questão tendo como referência o contexto histórico de crise econômica e redefinição das ações do estado e da educação. Com base nesse percurso percebemos que há um grande interesse por parte da UNESCO na discussão sobre a violência. Entre os aspectos destacados nesse estudo como causas da violência está a questão econômica, os valores e a falta de oportunidades da classe menos favorecida. Os conceitos que traduzem a violência são muito variados denotando uma complexidade de causas. As formas de superação indicadas contam com a participação da sociedade na formação de valores que se dará na realização de ações paliativas mediante a colaboração da sociedade, o que em nosso entendimento não irá superar o problema.

**Palavras-chave:** Violência. Unesco. Educação.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 ANALISANDO O CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E REFORMA DO ESTADO .....</b>	<b>10</b>
2.1 ESTADO E TRABALHO A PARTIR DE 1970 .....	11
2.2 QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA: NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS .....	15
<b>3 ANALISANDO O CONCEITO “VIOLÊNCIA” .....</b>	<b>27</b>
3.1 OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA .....	27
3.2 AS PROPOSTAS PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA .....	38
3.3 A CULTURA DE PAZ SEGUNDO A UNESCO .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso, apresentamos uma análise sobre como a discussão da violência tem se apresentado na sociedade e na educação.

Diante de questões como a desigualdade social, o empobrecimento da população somados à desresponsabilização do estado pelos serviços sociais básicos, percebemos o crescimento de uma demanda de assuntos e ações a serem tratados pela escola. É proposto à escola que possibilite à comunidade acesso a trabalhos que envolvam o lazer e a cultura em finais de semana, uma espécie de vivência comunitária requerida em momentos em que a população se rebela e questiona os problemas sociais. A escola é chamada também a apaziguar as situações de conflitos sociais por meio do estímulo à formação para a cidadania moderna, aquela necessária à convivência pacífica, possibilitada pelos valores. Não é preciso destacar o estranhamento de que se tudo isso passa a ser atribuído à escola, pouco espaço sobra para que a questão central – ensino e aprendizagem – seja trabalhada. Percebemos que à escola recaem várias responsabilidades como se fosse capaz de resolver os problemas da sociedade entre eles a violência.

No dia 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada pela ONU (Organizações das Nações Unidas) comemorou 60 anos e nesse dia a ONG Rio de Paz fez um apelo para que a sociedade se unisse contra a violência que vem ocorrendo, devido ao aumento da criminalidade. Para isso, durante toda a semana foram feitos manifestos para lembrar vítimas desaparecidas, que se somam mais de 9000 desde janeiro de 2007. (Organização não Governamental 2007)

Foi realizado também um protesto que lembrou vítimas desaparecidas no Rio de Janeiro. Para isso, foram colocados pneus e bonecos na areia para lembrarem dos desaparecidos, com participação de artistas para trazer impacto para a população. Pneus foram usados para lembrar as vítimas mortas e queimadas por criminosos e bonecos simbolizaram cemitérios clandestinos. (PROTESTO..., 2008)

A intenção do manifesto é fazer com que a população tome conhecimento do que vem acontecendo e também para que as autoridades competentes tomem alguma atitude para reduzir esse número.



Num outro protesto, uma Árvore de Natal preta enfeitada com bolas transparentes, e em seu interior fotos de pessoas (muitas delas crianças) que morreram. Mães, emocionadas, pediam pelo fim da impunidade. As mães que protestavam tinham consciência de que esse manifesto não traria seus filhos de volta, mas queriam alertar a população para o que vem acontecendo pedindo por justiça.(ÁRVORE..., 2008).

As praias cariocas também foram cenário dos protestos. Em Copacabana foram espalhados 16 mil cocos verdes pelas areias, que representaram as vítimas de homicídios, considerando homicídios dolosos, latrocínios, autos de resistência e policiais mortos. Além dos cocos, cruzeiros e faixas foram espalhadas pelas areias. Em 2007, um varal com 6 mil rosas vermelhas foi estendido na Praia de Copacabana para simbolizar o número de mortos em assassinatos em todo o estado do Rio de Janeiro.

Os protestos que ocorrem na sociedade mais ampla chegam às escolas em forma de apelo aos educadores para que, através da educação, solucionem esse problema. Há incentivos para que as escolas desenvolvam projetos promotores de convivência pacífica. Uma grande ênfase é dada pela UNESCO com a proposta da Cultura da Paz. Trata-se de uma idéia que vem sendo propagada na sociedade e na escola, o que nos leva a questionar: Como a UNESCO vem realizando a discussão da violência? Como essa discussão é apresentada no âmbito da educação? O que é entendido por violência?

Optamos por fazer um levantamento de documentos da UNESCO que fazem a discussão da violência. Entre as fontes levantadas centralizamos a análise da obra de Abramovay (2005) por se tratar de uma publicação oriunda do Observatório de Violência editado pelo MEC e UNESCO. O fato de se privilegiar esta obra está na amplitude dos aspectos apresentados que permitem a discussão conceitual e a objetivação de soluções para o problema violência. Outros documentos da UNESCO são utilizados como forma de circunstanciar a questão como Noleto (2004), Delors (2001) e demais discussões que contemplam o tema obtidos no acervo da UNESCO. Visando responder tais questões como objetivo geral deste trabalho, propomos:

- Analisar documentos da UNESCO que discutam a violência.

Como específico pretendemos:

- Discutir as concepções de violência presentes nos documentos.

- Discutir as propostas de superação da violência expressa nos documentos.

A metodologia proposta e realizada nesse trabalho foi a discussão bibliográfica e análise de documentos cuja redação se dá a partir de um contexto histórico demarcado pela crise econômica de 1970 e o contexto de neoliberalismo que presenciamos mais recentemente. Foi realizado um levantamento de documentos a partir do tema “violência”, e as demais referências utilizadas foram indispensáveis para o aprofundamento e fundamentação da análise do conteúdo dos documentos.

## **2 ANALISANDO O CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E REFORMA DO ESTADO**

Neste capítulo temos como objetivo discutir o tema violência, com o entendimento inicial de que, esta está relacionada com os problemas oriundos das poucas condições econômicas, condições de vida digna do nosso país. Para isso tomaremos a UNESCO como referência para esta pesquisa já que a mesma vem promovendo uma proposta de Cultura de Paz a ser realizada pelas escolas e sociedade de forma geral.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, para promover a paz e os direitos humanos. Trata-se de uma das agências das Nações Unidas, que visa incentivar a cooperação técnica e tem como proposta a defesa da paz, da solidariedade e da justiça. Logo após, como já comentamos, em 1948 foi criada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

De acordo com informações descritas na página virtual da UNESCO (2008), “funciona como um laboratório de idéias e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes”. A UNESCO tem como missão promover a “cooperação internacional entre seus 193 Estados Membros e seis Membros Associados nas áreas de educação, ciências, cultura e comunicação” e trabalha com o objetivo de criar condições para um diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações culturais e pessoais.

Conforme informações da página, atualmente as atividades da UNESCO no Brasil se encontram nos setores da Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Gestão Social, onde a grande ênfase está na inclusão social e o programa da UNESCO, Cultura de Paz trabalha na promoção da não-violência, da tolerância e da solidariedade, onde influencia pessoas de todas as partes do mundo a participarem das ações inspiradas por esses valores.

Em todos esses setores, a UNESCO procura atuação tendo por referência convenções e compromissos internacionais com Estados membros em eventos e

conferências. Essa articulação com os poderes é condição fundamental para que se dê a cooperação técnica a fim de que se alcance os objetivos de desenvolvimento humano.

Os dados obtidos a partir da página virtual nos levam a concluir que a UNESCO tem o propósito de construir condições de diálogo entre os povos em geral. De acordo com estes dados e conforme a Declaração da UNESCO (1945) pode dizer que a UNESCO tem como missão defender princípios da paz, da igualdade e da justiça entre os povos, que foram postos desde 1945.

Para isso, é que entendemos, são tomadas medidas que se direcionam a formação de uma opinião sobre a necessidade da paz, sobre a implementação de estratégias políticas que mobilizem a sociedade, a educação, os religiosos. Assim, são realizadas campanhas, passeatas, manifestações, protestos, visando chamar atenção ao problema e reforçando valores que se contrapõem à violência.

Neste sentido organizamos o trabalho em duas seções, em que num primeiro momento, será realizada uma contextualização do assunto e num segundo momento o neoliberalismo, a questão social e a violência como consequência. Optamos por este caminho por entendermos que a temática violência precisa ser discutida mediante questões sociais, políticas e econômicas e suas contradições. O ponto de partida será o Estado e a organização do trabalho a partir do período de 1970, momento de crise capitalista e de redefinição do papel do Estado.

## 2.1 ESTADO E TRABALHO A PARTIR DE 1970

Silva Junior (2002) comentando sobre o Estado de bem-estar social, propõe uma análise numa ótica marxiana. Segundo o autor, o princípio do Estado de Bem-estar social, era de que todo indivíduo teria direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ser garantidos seja diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos, conforme nosso entendimento incluiria a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos.

Este momento discutido por Silva Junior (2002) retoma a discussão da organização da fábrica Fordista, quando o trabalhador nessa organização passa a ter direitos sociais, seguridade, colabora com a empresa para ter o salário, o que é chamado cooperação, uma troca para que se obtenha bem-estar, para isso convoca assistentes sociais, para que estas se organizem no orçamento, para que o trabalhador da própria empresa possa, além de trabalhar, também consumir.

O Fordismo, citado acima, é um sistema produtivo baseado numa linha de montagem, tendo como objetivo a produção industrial elevada. Sua meta principal era buscar o aumento da produção no menor espaço de tempo, utilizando o trabalhador que, reproduzia mecanicamente a mesma ação durante todo o dia. Na verdade ocorria a mecanização do trabalho.

Silva Junior (2002, p. 24-25) destaca Lauro Campos na discussão sobre o papel do Estado de bem-estar, e comenta que:

[...], por meio das políticas e leis sociais e econômicas o Estado de bem-estar exerce um papel econômico e ideológico de regulação social, seja no aspecto político seja no econômico. [...] o Estado torna-se o grande consumidor para a valorização do capital. Com isso diminui a diferença entre o ritmo do consumo [...]. O Estado do bem-estar torna-se o agente central no mercado consumidor, reproduzindo, dessa forma, as condições de reprodução do próprio capitalismo. E, por outro lado, oculta ideologicamente sua negatividade, mas, ao mesmo tempo, vai produzindo uma nova crise dessa forma de produção de existência humana.

Com a redução do crescimento econômico e o esgotamento do fordismo nos anos de 1970, houve uma repercussão decisiva nos padrões de regulação, um redimensionamento da forma de organização e gestão do trabalho com a diminuição das oportunidades de trabalho e proteção social, foi onde se deu o início a uma desregulamentação dos direitos constituídos historicamente.

Silva Junior (2002, p. 62) mostra a transição do fordismo para o presente momento:

Na transição do fordismo para o presente momento histórico do capitalismo mundial, o Estado de bem-estar social dá lugar a um Estado gestor, que carrega em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as verdadeiras teorias políticas do Estado moderno. A inserção do Brasil nesse processo provoca também uma transformação no aparelho de Estado, que, de interventor e estruturador da economia em favor do capital nacional e internacional desde a década de 1930, passa, na década de 1990, a um Estado modernizado, a um Estado gestor.

O impacto da crise dos anos de 1970 se apresenta de forma intensa no cenário brasileiro em 1990 como foi afirmado pelo autor. Com transformações ocorridas na sociedade brasileira, com a articulação no processo de globalização, vem agravando as condições de inserção e integração da população, tudo isso deixou à margem uma parcela bastante significativa da força de trabalho urbana, o que foi agravada com a crescente migração, sem cuidar da questão da pobreza que se instalava, encarando a questão social como uma questão de responsabilidade pública. Também nos anos de 1990 foi apontada pelo autor uma intensa aceleração do processo inflacionário, introduzindo novas políticas, orientadas pelas agências multilaterais. As mudanças que daí se processaram contribuíram para agravar o quadro social, sendo um período marcado por baixos níveis de crescimento econômico; deterioração das condições de trabalho e renda da população; acentuação das desigualdades sociais e espaciais e reorientação profunda e regressiva das políticas sociais.

Para Silva Junior (2002), no contexto de neoliberalismo e de globalização o Estado retira suas obrigações, do que é direito e é público, e as pessoas começam a pagar por elas. Intenciona-se assim, deixar os serviços públicos serem geridos pela iniciativa privada o que entendemos foi considerado mais eficiente pelos planejadores econômicos. Surgem então as políticas públicas, visando compensar as desigualdades sociais, uma espécie de gerenciamento da pobreza.

Neste processo, os direitos sociais e trabalhistas deixariam de ser priorizados para que houvesse a diminuição de custo ao país. As leis do mercado competitivo passariam a orientar as políticas públicas, não mais o Estado. O avanço e o desenvolvimento tecnológico obrigariam o trabalhador a se reciclar, visto que a dinâmica velocíssima desse processo o encaminha para uma competição desigual com as próprias máquinas, aos poucos sendo por elas substituídos, ou por quem

detém a informação do “como fazer” nesse mundo competitivo. Atreladas a todas essas questões, as políticas públicas educacionais se vincularam ao ideário neoliberal.

Com relação às reformas educacionais, Silva Junior (2002), alerta que a interferência de agências internacionais na definição de políticas públicas fariam com que as mesmas se orientassem com base em critérios de: “eficiência, eficácia, produtividade, o que implica dizer que o critério fundamental é a razão de proporcionalidade custo/benefício, sem a menor preocupação com a formação humana” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 121). No Brasil, na esfera educacional, o documento Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), “é a expressão brasileira do movimento planetário orquestrado pela Unesco, Bird/Banco Mundial e assumido como orientador das políticas públicas para a educação [...]” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 205).

Silva Júnior enfatiza a maneira como o documento Plano Decenal de Educação para Todos, publicado pelo MEC, foi apresentado e dirigido aos professores e dirigentes escolares, sem discussão com coletivos (secretarias estaduais, associações docentes, profissionais e científicas), sem reflexões sobre a educação brasileira. Afirma o autor:

O movimento que resultou no Plano Decenal de Educação mostra de forma clara o papel de alguns de nossos intelectuais na legitimação dessa nova cultura política caracterizada pela legitimação de uma ciência mercantil e uma redução instrumental e não reflexiva de sua identidade. Afirma-se isso porque se trata da ciência que não faz crítica de forma distanciada, mas da ciência engajada em um projeto político, portanto, instrumental e produzida para o fim desse projeto político (SILVA JUNIOR, 2002, p. 79).

Eis segundo o autor a visão do novo trabalhador a partir do processo político educacional instaurado:

[...], a nova formação do trabalhador e do cidadão é conformada pelas demandas postas pelas novas tecnologias de base física ou organizacional, e o novo ser social trabalhador, formado por meio da educação escolar, deve compreender e estar apto a garantir, simultaneamente, a qualidade do produto e do processo, bem como a produtividade da produção; deve possuir habilidades de gestão e espírito para o trabalho em equipe, bem como a sensibilidade do processo de trabalho (SILVA JUNIOR, p. 83).

Isso implica, como observa Silva Junior (2002) a formação de um trabalhador que tenha um processo cognitivo capaz de lidar com conceitos, trabalhar bem as informações, comunicar-se para poder estar apto a resolver qualquer problema inesperado ou adaptar-se a qualquer situação que se apresente. Interessante a observação do autor sobre a demanda de um novo trabalhador que entre suas características saiba o seu trabalho, seja versátil para se adaptar ao contexto de imprevisibilidade. Essas características, em nosso entendimento, são orientadoras para a vivência em contextos incertos e fugazes.

## 2.2 DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA

O contexto de reforma do Estado e de reestruturação das forças produtivas é o mesmo em que ocorre por um lado o desenvolvimento econômico, a ampliação tecnológica e por outro a expressão da situação de miséria.

Soares (2003) estudando o assunto afirma que, o Brasil é um país rico, mas com uma grande parcela da população vivendo na pobreza, e fica difícil entender o porquê de tantos problemas que enfrenta, o que faz com que se tenha uma idéia que esse modelo social de acumulação, não tem tido os resultados esperados. No neoliberalismo, fatos como a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, e a desproteção trabalhista são vistos como comuns. A autora comenta o desenvolvimento de uma nova pobreza composta por essa população, que depende agora de novas formas de ocupação dentro de um mercado trabalhista incerto, trazendo conseqüências de ordem econômica, social e política.

Segundo ela, no liberalismo há preocupação com o econômico, e a área social é secundarizada visando uma estabilidade do econômico à custa do social, onde passa a haver através da naturalização da desigualdade social a aceitação da existência do “fenômeno” da pobreza como sendo um fato inevitável.

Soares (2003) argumenta que os serviços sociais, que deveriam ser de responsabilidade do Estado, são mercantilizados e com isso são também diferenciados e caracterizados como frutos de um modelo injusto e desigual. Sobre esse assunto a autora diz:



As conseqüências sociais do ajuste neoliberal na América Latina foram por nós denominadas *desajuste social*, na medida em que tal ajuste não apenas agravou as condições sociais preexistentes de desigualdade estrutural em nosso continente como também provocou o surgimento de “novas” condições de exclusão social e generalização da precariedade e da insegurança em vastos setores no mercado de trabalho e dos mecanismos de proteção social construído ao longo de décadas (SOARES, 2003, p. 22).

Para Soares (2003), o neoliberalismo em sua esfera econômica sacrifica a população, mesmo quando mostra que tudo vai bem, tem um outro lado, que não está tão bem assim, ocultando a realidade. Com base nessas informações da autora podemos inferir que essa forma de Estado proporciona a expansão do capital. A diminuição do Estado com processos de privatização e diminuição ou eliminação dos tributos do capital, e conseqüentemente, o fato da classe assalariada arcar com os serviços públicos, causando o enfraquecimento dos sindicatos, políticas econômicas de geração do desemprego e substituição gradual do trabalho humano pela automação são acontecimentos vinculados ao ideário neoliberal.

O Estado restringe a esfera pública enquanto ocorre o fortalecimento da esfera privada. O Estado transfere suas antigas responsabilidades para a sociedade civil, mas continua avaliando, financiando, fiscalizando de acordo com as políticas consensuadas com as agências multilaterais, assim como afirma Silva Junior (2002, p. 33):

O Estado nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre as diversas atividades de Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do “político”, é agora o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves conseqüências para a cidadania e para a educação.

No neoliberalismo está previsto o redimensionamento do papel do Estado, que se fundamenta na lógica do mercado, que orienta as políticas para a educação tendo como referência os recursos disponíveis, muda o enfoque de suas prioridades, não assumindo a responsabilidade social em todos os seus níveis. Assim, a

educação é vista como uma mercadoria, um bem econômico, que deve responder à lei da oferta e da demanda. Os direitos sociais seguem esse mesmo caminho como explicado por Silva Junior:

Os direitos sociais são agora mercantilizados pelas organizações não-governamentais, pelos planos de saúde, pelos planos de previdência privada e até pelos salários-educação e vouchers educacionais. A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos segundo a mesma matriz teórico-político-ideológica do Estado, na sua gestão e no seu conteúdo curricular, ambos baseados e legitimados pela ausência de sensibilidade com o social e por uma racionalidade científica instrumental (SILVA JUNIOR, 2002, p. 35).

As novas práticas conformam os sujeitos numa “sociedade cujo conteúdo histórico da cidadania consiste na forma de ser, cujos valores centrais são a produtividade, a utilidade, o individualismo e a competitividade, num contexto de ausência de reivindicação” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 36).

Silva Junior (2002) menciona na discussão por ele realizada a falta de emprego formal que em seu entendimento leva a exclusão social. O autor também alerta sobre os direitos do trabalhador que passam a ser secundarizados, com a justificativa de que é preciso que o Estado seja eficiente e em nome dessa ineficiência, começa destinar as ações em esferas públicas ao setor privado.

Este processo de exclusão social, que se desenrola é comentado por Soares (2003), que afirma que o tratamento para a questão, é feito desprovido de uma análise que situe o problema, num reflexo das mudanças do sistema econômico. As classes sociais diferenciadas, em nosso entendimento resultantes desse processo, não entram em discussão, em relação à violência passa a haver a responsabilização individual. Reponsabiliza-se o aluno, a escola, a família, o professor. Entendemos que esse mal estar tem a ver com a crise que se desponta por volta dos anos de 1970 com a reforma da economia e do Estado e que presenciamos hoje. Entendemos que esse é um processo educativo que incentiva a competitividade, visando formar pessoas predispostas a assimilar e concordar com as mudanças que englobam novas ações por parte dos indivíduos, para que sejam mais dóceis na vida e no trabalho.

É visível o aumento do emprego informal, associado à perda gradativa da garantia trabalhista e a uma proteção social, há uma ampliação do emprego

precarizado e trabalhadores por conta própria que passam a engrossar as fileiras do chamado mercado de trabalho informal. Tudo isso proporciona queda dos rendimentos do trabalho e ampliação das desigualdades. Com base nos autores tomados para a discussão é possível inferir que há uma despolitização da questão social, dissociando-a da questão da injustiça e das desigualdades sociais e da própria esfera pública; reduz a questão social à questão da pobreza, com uma compreensão restrita, localizada desse fenômeno. O discurso oficial e dominante trata a pobreza como um dado inevitável da realidade. Por isso, os problemas sociais passam a ser enfrentados pelo aumento de políticas e programas, tendo como prioridade os segmentos mais pobres e vulneráveis da população, sem levar em conta que é necessário fazer algo para sua superação.

Silva Junior (2002) avalia que, depois dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, percebe-se uma compatibilidade com a lógica efficientista o que entendemos oportunizar a expansão da naturalização da pobreza e da ênfase nas políticas focalizadas. Apesar de no discurso de FHC se preservar ao Estado a prestação de serviços básicos à população, a forma que seria assumida pelo Estado era outra:

[...] aquilo que tornaria o Estado um órgão reprodutor do capital, no qual a iniciativa privada substituiria o governo para que este pudesse investir na área social, fora realizado, para torná-lo adaptado, competente, eficaz e eficiente, capaz de dar rumos e metas à sociedade, enquanto na área social o que se viu foi a transformação do Estado em um Estado forte, centralizador, gestor, avaliador e caritativo, ainda assim, sem ao menos atenuar a profunda crise social em que vivemos, provocada pela degradação de nosso processo civilizatório e pela banalização da vida humana (SILVA JUNIOR, 2002, p. 44).

Segundo o mesmo autor, é visto também que:

Para a periferia do sistema, tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil, daí o elogio às organizações não-governamentais, o que foi chamado de democrática descentralização (SILVA JUNIOR, 2002, p. 47).

O mesmo autor destaca o papel dos organismos internacionais como Banco Mundial, que em meio ao ideário e contexto neoliberal, tem acordado regras com os governantes, que as adotam com objetivos nem sempre justificados, cujos

empréstimos, por sua vez, não são tão significativos quanto a sua influência política e ideológica, aceita pelos órgãos centrais e dirigentes da educação. Então, na década de 90 como ressaltou Silva Junior (2002), se verifica a concretização de políticas educacionais influenciadas pelos organismos internacionais, representantes da nova ordem mundial.

O autor explica que o Estado, com os recursos reduzidos e sujeitos a contenção, vem buscando uma racionalização dos gastos e uma adequação das suas ações na focalização, descentralização e busca de novas parcerias entre o Estado, o mercado e a sociedade. Com isso, um novo modelo de solidariedade via associações e empresas surgem para aliviar o Estado da responsabilidade de prover os direitos básicos do cidadão.

Entendemos que nesse processo, o mais grave é a naturalização da desigualdade social e da pobreza como uma ocorrência inevitável. Soares (2003), analisando o assunto destaca a mercantilização dos serviços sociais, explicando que nessa lógica as pessoas passam a pagar por serviços que estas já teriam direitos.

Ainda segundo Soares (2003), uma das conseqüências desse modelo econômico, é a violência, que é vista como conseqüência da pobreza. Para a autora, há distribuição desigual dos frutos do progresso o que faz com que essa modernização da globalização neoliberal agrave as desigualdades, produzindo exclusão.

Diante desse panorama, trazemos para análise as reflexões do livro “A Nova Era das Desigualdades” de Fitoussi e Rosanvallon (1997, p. 24), onde os autores discutem que o que se conhece por desigualdade está cada vez mais complexo, que as causas e as origens que envolvem a desigualdade estão cada vez mais difusas e para isso, os autores nos trazem na questão social três grandes destaques da política moderna: “a confusão da política com os bons sentimentos, o gosto pela política espetáculo e a simplificação dos problemas.” Temas que requerem uma maior atenção dos intelectuais da educação, para isso é necessário ressaltar algumas questões que surgem nas políticas sociais voltadas para o combate à pobreza que apresentam intersecções com a educação tanto de crianças, como adolescentes e jovens.

Os autores Fitoussi e Rosanvallon (1997) em seus estudos afirmam que, houve uma ampliação das chamadas desigualdades “tradicionais” nos últimos anos e que surgiram “novas desigualdades”. Para os autores a desigualdade é típica da

nova fase do capitalismo e trata das desigualdades de renda entre as profissões. Por sobre estas têm se desenvolvido as desigualdades que os autores chamam de “novas”, o que tem levado a estratégias de superação através de projetos, a utilização da mídia com a função de expressar os “bons sentimentos”, dando ilusão de atendimento às necessidades sociais.

Segundo Fitoussi e Rosanvallon (1997), existe uma diversificação de atores que atuam no campo social, em particular no campo da educação, como empresários, filantropos, organizações não-governamentais, entidades de vários tipos, com propostas na área da educação com visão focada no social, especialmente em crianças e jovens pobres, o problema é que as políticas resultantes costumam ser de baixa cobertura e focadas em bons sentimentos.

Segundo os autores: "Tudo sucede como se o essencial fosse proclamar a própria generosidade e dar mostras de boa vontade" (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 26). Soma-se a esse processo o fato de que, os projetos sociais, e tudo aquilo feito para superar os problemas sociais tomam dimensão de espetáculo, são apresentados amplamente e são garantidos por recursos arrecadados junto à população. É bem verdade que o impacto dos projetos na população que se quer atingir dá a ilusão de que os problemas estão sendo enfrentados de alguma forma e se todos se envolverem será superado. Pode-se destacar nesse caso, o programa “criança esperança” realizado pela Rede Globo em parceria com a UNESCO cujo cerne é a doação de valores pela sociedade visando a realização de projetos sociais. Mas é necessário evidenciar que em nossa compreensão, essas ações apenas minimizam os problemas como se estivessem sendo solucionados. Entendemos que é preciso identificar as causas, pois estes projetos oportunizam apenas ações paliativas para o problema em questão, não trazendo uma solução para os mesmos e a discussão das origens do problema.

Interessante se faz ressaltar, como foi destacado acima que, as formas de tratamento da questão social passam mais pelos bons sentimentos, quando este estudo permite uma análise que demonstra a desfocalização do problema e que para seu enfrentamento na verdade, falta planejamento, vontade política, análise de conjunto que explicita a inter-relação entre causa e consequência, por isso, os problemas são simplificados, como se o bom sentimento resolvesse tudo.

Fitoussi e Rosanvallon (1997) nos mostram esse deslocamento no foco da problematização da desigualdade social: passou-se de "uma análise global do

sistema (em termos de exploração, repartição etc.) para um enfoque centrado no segmento mais vulnerável da população", os chamados excluídos, simplificando o problema e fazendo com que não percebamos que esse fenômeno resulta de um processo (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 26-27). O que na visão dos autores faz com que a exclusão traga consigo significados de perda de identidade, de não-pertinência ou desfiliação, de negação de acesso.

A partir dessa análise, entendemos que, o Brasil em todo o seu processo de existência, acumula dívidas de uma sociedade que se industrializou e se urbanizou com os impasses de um país não-hegemônico em um mundo globalizado, em que as políticas neoliberais combinaram-se com a sociedade pós-industrial, onde o desemprego e a exclusão constituem características estruturais. As políticas assistenciais voltadas para os mais pobres e para as políticas educacionais são indicadores dessa convivência entre os diversos setores sociais, assumidos pela assistência social através de programas focalizados nas classes sociais mais pobres, como resultado temos o Bolsa Escola, Auxílio Gás, Vale Leite, sendo a escola a principal parceira do programa, o que segundo Carvalho (2003, p. 280): "sem ela, não teria sentido um programa dessa natureza". Conforme a autora, tais "benefícios", concebidos no Governo liberal de Fernando Henrique Cardoso, constituem parte de uma série de medidas cujo objetivo é repassar renda à camada mais pobre da população, visando retirá-las da pobreza absoluta. O "Programa Bolsa Família", assumido pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, teve origem no "Vale-gás", "Vale-leite" e "Bolsa Escola", do Governo Fernando Henrique Cardoso, fundidos hoje no Programa Bolsa Família, o que para muitas famílias, é tido como fonte de renda única, ou primordial, de milhares de brasileiros, onde, as mães ao matricularem seus filhos na Escola, teriam o fornecimento de Leite e Gás.

Os reflexos da implementação dessas políticas que podemos classificar de compensatórias demonstram o empobrecimento da população num mundo em que as potências disputam num lugar de destaque econômico. Soares (2003) ressalta em discussão sobre o problema da desigualdade e da questão social que os países mais pobres foram os que mais sofreram, gerando a distância dos países mais desenvolvidos e um aprofundamento das desigualdades. Como resultado, a questão da instabilidade e perda do emprego, gera a exclusão dos que eram incluídos no trabalho assalariado, portanto vai aumentando o número daqueles que não têm lugar na sociedade e realça novamente a desresponsabilização do Estado

em favor das organizações comunitárias ou não-governamentais, para dar alívio à pobreza.

Nesse processo de desenvolvimento ampliado da desigualdade e da pobreza Soares (2003) argumenta que, ao dizer que o Estado é ineficiente, corrupto e custa caro, se afasta de suas responsabilidades sociais. É isto o que vem acontecendo no setor da saúde e da educação no cenário brasileiro que, com a desculpa de que é ineficiente, embora pagando os impostos, surjam incentivos governamentais para fomento da iniciativa. A autora menciona que o Brasil é o país com a pior distribuição de renda e ainda relata que 53% dos chefes de famílias pobres indigentes, que estão empregados, não têm carteira assinada, e 85% que trabalham por conta própria não contribuem para a previdência social.

Nessa realidade de exclusão social fica difícil qualquer estratégia individual para superação da condição de desigualdade. Esse assunto pode ser explicitado a seguir, conforme Soares:

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. (SOARES, 2003, p. 60)

No processo de responsabilização social Soares (2003), comenta sobre as mulheres que passam agora a ser responsáveis pelo bem-estar das famílias. As mulheres suportam uma carga desproporcional ao tratar de administrar o consumo e a produção da família. Também os idosos e os doentes recaem sobre a mulher. A autora expõe que a pobreza da mulher está diretamente relacionada à ausência de oportunidades e autonomia econômicas; a falta de acesso à educação e à mínima participação no processo de tomada de decisões. A falta de serviços públicos como creches têm sido apontadas como um fator limitante importante ao trabalho feminino fora de casa.

A autora destaca que no informe de 2002, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - aponta que 60% das crianças que não vão à escola primária em todo o mundo são meninas e que a maternidade precoce diminui drasticamente as oportunidades educativas e de emprego, um fenômeno que afeta negativamente a qualidade de vida da mulher e de seus filhos. Verificamos

aqui a desigualdade vinculada ao gênero que entendemos ser reflexo da desigualdade econômica e social. Essa é uma condição de vida que entendemos compor uma situação de violência e aviltamento humano.

Devido à ameaça permanente ou à realidade da violência, ‘os direitos à sobrevivência, ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças de todo o mundo correm perigo ante a existência de uma violência sem solução de continuidade que brota nos lares, onde as crianças costumam estar expostas à violência e aos maus-tratos ou são vítimas dela constantemente’. (SOARES, 2003, p. 88)

Soares (2003, p. 89) enfatiza que, “os mais pobres são os mais afetados e os mais vulneráveis em face da pobreza, de acordo com o Unicef”.

Para Soares (2003, p.92):

[...], a violência também tem assumido um lugar central na causalidade da pobreza e dos efeitos sofridos pela primeira infância, chegando-se a afirmar que ‘os pobres são as vítimas e os perpetradores mais prováveis dos atos de violência’. Por outro lado, a violência já é considerada um problema de saúde pública, na medida em que ‘cobra vidas, causa lesões e incapacidade, deixa feridas físicas e psicológicas, algumas delas incuráveis

Soares (2003, p.104) exemplifica o ciclo perverso da violência quando diz:: “Assim, a violência causa a pobreza, a qual causa a fome, que por sua vez leva à pobreza e à violência. A doença gera a pobreza, que por sua vez gera doença”

Tudo isso é na visão de Soares (2003, p. 106) reflexo das ações de um Estado que não cumpre suas funções sociais, minimizando o seu papel, servindo aos interesses do capitalismo dominante.

Há uma desistência hoje generalizada da crença nos Estados, “não somente no Estado em mãos dos ‘outros’, mas em todo o Estado”. Por outro lado, esse “antiestadismo radical” assume feições cínicas quando assumido por setores capitalistas amplamente favorecidos pelos próprios Estados. Portanto, apesar do discurso de que o Estado deve “retirar-se do econômico e permanecer no social”, a realidade é inversa. “Cria-se um Estado mínimo” no âmbito do social, e mantém-se um Estado forte no econômico, já que se trata de que esse mesmo Estado não deixe de garantir os interesses (econômicos e políticos) dos grupos capitalistas de turno.

Os dados apresentados por Soares (2003) convergem com os argumentos de Silva Junior (2002) ao tempo que ambos afirmam que esse processo



implicou um novo conteúdo histórico para a cidadania, caracterizada por: um individualismo e competitividade acentuados e uma busca de adaptação às muitas divisões sociais que emergiram nesse momento histórico como ao estratificado e precarizado mercado de trabalho e aos trabalhos mais indignos que resultaram do processo anterior, enfim, uma adaptação às condições de exclusão social.

Diante da contradição entre a estratificação do mercado de trabalho e a precarização desse último, de um lado, e a ideologia da instrumentalidade, adaptação e consenso presente no ensino médio, de outro, nossos jovens parecem deixar de acreditar na escola como forma de ascensão social e inserção no mercado de trabalho, ao contrário do que afirmam os reformadores. Do que se pode levantar a hipótese de tantos problemas que a instituição escolar pública vem enfrentando, especialmente a violência na escola. [...] O ensino médio, ao contrário do que dizem os reformadores, tende a acentuar as desigualdades sociais, em vez de possibilitar a equidade, conformando cada indivíduo em sua divisão social: a educação pública nunca fora tão perversa. No âmbito do mercado de serviços, possibilita um espaço enorme para a privatização da esfera educacional no ensino médio. Mas para todas as divisões sociais, radicalizando as desigualdades, as políticas públicas para o ensino médio estão conformando o cidadão do século XXI, como propõe o Relatório Delors: o cidadão produtivo – útil, mudo, competitivo e solitário (SILVA JUNIOR, 2002, p. 102).

O que preocupa Soares (2003, p.109) é a necessidade de atendimento dos vitimados pela pobreza e exclusão social. Para a autora poderia ter ao menos uma intervenção compensatória às injustiças causadas pelo mercado, que no mínimo protegesse os mais frágeis. Segundo a autora, “a pergunta é se essas pessoas terão ainda alguma chance de serem “incluídas” no mercado, mesmo em condições de crescimento econômico.”

[...] a pobreza tem uma distribuição espacial ou territorial bem nítida. Dessa forma é perfeitamente possível garantir que os serviços e bens “cheguem aos mais pobres” de forma universal e não discriminatória, sempre e quando estejam localizados próximos aos domicílios desses mesmos pobres. Além disso, como em geral as carências não se apresentam de forma isolada ou independente, as políticas universais territoriais têm ainda a vantagem de permitir integrar, no território, as diversas políticas públicas que se façam necessárias. Isto permitiria uma integração não apenas das políticas como também da população beneficiária, superando a marca da fragmentação tão presente hoje na área social (SOARES, 2003, p. 110).

Soares (2003) constata que a presença social do Estado, com “entidades civis”, faz com que fique mais livre para exercer seu papel fiscalizatório no planejamento e na avaliação das políticas. O que assegura a adjetivação “Estado Gestor” ressaltada por Silva Junior (2002).

Soares (2003) sintetiza a questão social no mundo atual a partir dos <sup>1</sup>principais documentos dos organismos internacionais e critica não apenas a forma como são feitos os diagnósticos sobre o desastre social, mas também, critica as chamadas propostas de 'alívio' das conseqüências desse desastre. Podemos perceber que através de uma perspectiva crítica, a autora se opõe ao neoliberalismo. É importante lembrarmos que a criação de um Estado mínimo na área social e um Estado forte no econômico, mostra a preocupação em garantir os interesses dos grupos capitalistas. Segundo Soares (2003), temos uma estabilidade feita à custa do social, onde as pessoas passam a responsabilizar-se pelos seus problemas sociais, passando a pagar por serviços que antes era de direito e quanto aos que não podem pagar, acabam tendo que comprovar para que o Estado intervenha. Isso é feito através de “programas de combate à pobreza”, que tem por objetivo “minimizar” os efeitos sobre os mais necessitados. A autora relata também que os indicadores nos mostram um agravamento em relação à pobreza e nos adverte sobre o surgimento de novas situações de pobreza, afetando a maioria da população. Para isso são feitos apelos para que a comunidade participe, onde são mostrados casos que sensibilizem a sociedade.

Vale lembrar que, para tratar das situações de pobreza, de violência, são chamados especialistas com existência virtual na escola, mas com aparência na mídia e no cenário político. A ênfase é para que o bom sentimento prevaleça e para que os valores sejam incentivados e formados em cada indivíduo.

A UNESCO vem se respaldando em valores para incentivar uma iniciativa pessoal, uma iniciativa de comunidade, de determinadas cidades, para que as pessoas possam compreender o outro que é diferente, respeitar o outro, entender o outro como pessoa humana. O problema em nosso ver é que só trabalhar com valores pode promover por outro lado uma conformação social ficando apenas na superficialidade do problema. É preciso analisar as raízes do problema, para que se chegue a causa. Por esse motivo é que se faz necessário compreender qual o

---

<sup>1</sup> Banco Mundial, Cultura da Paz, Unesco, PNUD.

significado atribuído ao conceito violência, uma questão que será analisada no próximo capítulo.

### 3 ANALISANDO O CONCEITO “VIOLÊNCIA”

Procurarei abordar nesse capítulo o conceito violência destacando os significados atribuídos ao mesmo por pesquisadores que discutem o assunto em edições realizadas pela UNESCO. Levanto também as possíveis formas para superação desse problema apontado pelos mesmos e as referências feitas à escola. Os significados atribuídos à violência são os mais variados, por isso é necessário conhecer as discussões que permeiam o assunto para saber o que vem a ser entendido como violência.

A violência é um problema que tem preocupado muito nossa sociedade. Talvez por isso tenha sido alvo de variados estudos e pesquisas. A sociedade na qual vivemos, sua forma de organização, prática social é resultado de um complexo sistema de acumulação, de natureza contraditória que produz desenvolvimento, mas também desigualdades. A violência, em nosso entendimento é fruto desse jogo contraditório. No entanto trata-se de uma questão que vem recebendo atenção central por parte de alguns organismos internacionais que se preocupam com a paz do mundo como por exemplo a UNESCO.

A UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas e trabalha para a “construção da paz nas mentes dos homens”, e de populações inteiras. Funciona como um “laboratório de idéias” e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes. Entre suas estratégias e iniciativas está o combate à pobreza, a construção de uma cultura de paz e não-violência. Por isso, está entre seus objetivos a realização de uma educação voltada para uma cultura de paz. Para tanto tal investimento envolve crianças, adolescentes e jovens em projetos e programas cujo objetivo comum é promover a paz.

#### 3.1 OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA

Conceituar a violência não é uma tarefa fácil, haja vista a diversidade de significados que possui esse tema que é influenciado segundo a análise aqui

realizada, por fatores históricos, culturais, econômicos e psicológicos. Visando esclarecer a questão tomamos Abramovay (2005) que no estudo sobre “Cotidiano nas escolas: entre violências” afirma que é preciso primeiramente saber o que a violência vem a ser. Esclarece que é preciso se ter clareza sobre o fato, para não julgar qualquer situação como sendo violência. A autora comenta que existe a violência com contato físico, facilmente reconhecida, o que leva a supor que seja mais grave, mas há também a verbal, que leva à suposição de que os danos não sejam tão graves, um equívoco que constatamos a partir da discussão de Abramovay. Enquanto em uma, as marcas são visíveis, na outra não há aparência externa, os impactos estão dentro do indivíduo, tornando aí um problema interno na qual ninguém vê, mas que existe e fere, o que é a chamada violência simbólica. Verificamos então por essa análise que, não é fácil concluir sobre o critério de gravidade da violência, sobre o que realmente ela afeta, sendo necessário analisar os fatos ocorridos, antes de se atribuir um nome ou significado à violência, para não correr o risco de atribuí-lo a qualquer situação, discussão, ou mesmo uma briga de criança. Nas palavras de Abramovay (2005, p. 22) “A violência” não existe. O que existe são atos, gestos, agressões, ameaças, palavras, brincadeiras e até silêncios, que matam, ferem, machucam, ofendem, aborrecem, frustram, etc”.

Percebe-se então que, há casos mais graves ou menos graves de violência. Se considerarmos atuações extremas, onde as situações são aparentes fica mais fácil de identificar, quando as situações de violência são veladas, fica mais difícil encontrar um sinal visível ou consenso acerca de sua gravidade. Por isso é necessário cuidado ao analisar o acontecido e seus efeitos.

Angel Pino (2007) escreve um artigo cujo objetivo é examinar o fenômeno da violência e sua influência na sociedade que de forma intensa vem sendo divulgado na mídia. O autor destaca que as autoridades competentes vêm se utilizando de diferentes conceitos de violência.

Pino (2007) ressalta que a violência não é um fenômeno novo e na visão do autor o problema está no aparecimento de novas formas de violência que para ele é realizada “com conseqüências imprevisíveis”.

Ambos os autores nos levam a pensar de forma mais profunda o significado da violência. Para se ter uma definição do que seja violência, é preciso uma análise do contexto ao qual aquele sujeito pertence, assim como a implicação pessoal e social no ato violento. Para Abramovay:

Sempre é possível encontrar um argumento para defender a tese de que a violência tem fontes nas estruturas sociais ou, pelo contrário, que se enraíza nas interações e situações contextualizadas. Mas o que importa, é entender como as fontes ditas externas e internas se articulam em casos concretos. (ABRAMOVAY, 2005, p. 19).

O que faz com que seja verificada na palavra violência, é que o impacto no indivíduo pode ser maior que o seu significado, pois as marcas da violência não são somente externas, e visíveis, mas são aquelas também que, se a pessoa não disser e não for presenciado por ninguém, pode trazer danos psicológicos e sociais para o resto de sua vida.

Pino (2007) destaca em seu artigo o significado da palavra violência descrita no Dicionário da Língua Portuguesa de autoria de Buarque de Holanda (1975). É atribuída à palavra violência a qualidade de violento entre outros significados que expressam a amplitude do significado: ímpeto, exercício da força bruta, tumulto, irascibilidade e intensidade. O autor ressalta em sua análise a dimensão quantitativa que pode expressar a intensidade do ato violento.

Também nesta obra, o autor menciona um outro significado para a palavra violência relacionada ao direito e à justiça. O autor esclarece:

[...] entendendo estes dois termos mais como valores sociais e culturais do que como instituições sociais, já que, enquanto tais, o Direito e a Justiça podem tornar-se instâncias da própria violência, a chamada “violência institucional”, da qual a história humana fornece inúmeros e dramáticos exemplos. Considerados como valores, o direito e a justiça podem ser entendidos como interdependentes, pois, de um lado, o direito das declarações políticas ou sociais – como a dos “direitos do cidadão” da Revolução Francesa e a dos “direitos humanos” da ONU – define o campo do que é ou não é justo, podendo dar origem a delimitações positivas em forma de leis (códigos civil e penal) e, de outro lado, a justiça define o campo do respeito dos direitos humanos e do cidadão. Entretanto, a violação dos direitos e da justiça como valores não constitui, necessariamente, um ato de violência, embora possa constituir um delito ou crime (PINO, 2007, p. 766).

Conforme a discussão do autor sobre tais conceitos, observamos que, as palavras: agressão, crime e violência não podem ser usados de maneira indistinta, pois se referem nas palavras do autor “a fenômenos diferentes”, portanto, cada uma com sua especificidade.

Conforme Abramovay (2005), os casos aparentemente mais graves de violência, são fáceis de identificar, como por exemplo, homicídio, estupro. Aqueles que são, na visão da autora, aparentemente menos graves, como: socos, pancadas e pontapés, não são tão fáceis assim. O problema é que, não se pode considerar qualquer ato como violência. A autora destaca que o caso da ameaça de morte, pode ser considerado agressão moral grave. Abramovay (2005) tece vários questionamentos no intuito de suscitar reflexões sobre o assunto. Diz a autora:

São violências, ameaças vagas de vingança, insultos, palavras racistas, palavras de desprezo, brincadeiras de mau gosto? É violência, toda palavra que machuca? Que frustra? Também não se deve esquecer que existem formas de comunicação outras que não as palavras e que estas podem machucar. É violência o “olhar feio”, ou assim considerado, sem que tenha nem contato físico nem palavra? O silêncio, quando machuca, deve ser considerado uma violência? Uma violência sem ato, sem palavra, uma violência pelo nada. É violência, o furto? É violência o que me agride, o que me atormenta, o que me machuca? Também o que me desagrada, o que acho chato? É vítima de violência, o aluno, quando o seu professor ministra uma aula chata? (ABRAMOVAY, 2005, p. 17-18).

Segundo Charlot Bernard (apud ABRAMOVAY, 2005), a sociedade, atrela a noção de violência à idéia de comportamento ou palavra inaceitável, por isso, tudo que não é aceitável, se designa como violência. O autor tomado como referência por Abramovay relata que a violência pode se dar “dentro da escola”, “na escola” e a violência da escola. Percebemos então, diferenças para cada tipo de violência. Diz a autora:

Há de distinguir a violência “dentro da escola” (ou “no território da escola”), a violência “na” escola e a violência “da” escola. A violência “dentro da escola” pode acontecer, e acontece, em outros lugares. É o caso, por exemplo, quando uma pessoa invade a escola para acertar contas. A violência “na” escola remete a fenômenos ligados à especificidade da escola; por exemplo, ameaças para que o colega deixe colar na prova ou insultos ao professor. Claro que essa violência ocorre também dentro da escola, mas é preciso levar em conta as especificidades da instituição escolar para entendê-la. Por fim, a violência “da” escola é gerada pela própria instituição, sob várias formas, desde a bofetada até a chamada violência “simbólica” (por exemplo, palavras racistas ou de desprezo dirigidas a um aluno). A violência “da” escola ocorre “na” escola e “dentro da escola”, mas pode acontecer que ultrapasse os muros do estabelecimento (CHARLOT apud ABRAMOVAY, 2005, p. 20).

Nos vários sentidos em que a violência aparece: urbano, simbólico, moral, físico, psicológico, social, institucional, passam segundo os autores a ter cada vez mais relevância na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de oitenta que ocorre uma ampliação considerável do número de jovens brasileiros.

Abramovay (2005) argumenta que a violência simbólica tem por base a fabricação de crenças que ocorre no processo de socialização. Estas crenças induzem o indivíduo a enxergar e a avaliar o mundo de acordo com critérios e padrões pré-definidos por alguém. Trata-se da construção de crenças coletivas que segundo a autora fazem parte do discurso dominante e desencadeiam sintomas de ordem psicológica.

Podemos inferir a partir da discussão de Abramovay (2005) que a violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado.

Nogueira e Pimenta (2009) em pesquisa sobre o assunto desenvolvem reflexão e estudos sobre a violência na escola no período de 1990 a 2004, no Observatório sobre violência na PUC de São Paulo com teses e dissertações<sup>2</sup>. Nas últimas décadas segundo autores a violência torna-se um problema e passa a atingir o interior da Escola e a gerar preocupações que irão causar impactos nas políticas educacionais. Os autores comentam que pesquisas sobre o assunto são realizadas no interior das escolas visando responder ao problema que é entendido como a soma de “resultados insatisfatórios da ação do Estado, da sociedade capitalista e dos jogos de relações sociais contemporâneos” (NOGUEIRA; PIMENTA, 2009, p. 2).

Para designar algo como violência, é necessário que se distinga agressividade, conflito, agressão ações constantemente presentes nas escolas. Esse assunto é esclarecido por Abramovay (2005) que diz:

Enquanto a agressividade é uma disposição e o conflito uma situação, a agressão é um ato. Etimologicamente, é o ato pelo qual se invade o espaço privativo (físico ou psíquico) do outro, para agredi-lo (ABRAMOVAY, 2005, p. 21).

---

<sup>2</sup> Maiores informações sobre as dissertações ou teses. Disponível em: <[http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=25&Itemid=32&limit=10&limitstart=0&order=name&dir=DESC](http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&Itemid=32&limit=10&limitstart=0&order=name&dir=DESC)>.



Analisando o assunto a autora destaca que ações promotoras de desrespeito à lei como por exemplo delito, crime, são consideradas transgressão à regra de uma determinada instituição e é considerada incivilidade<sup>3</sup>. Conforme Abramovay: (2005, p. 21).

[...] o delito e o crime (definidos pelos Códigos Civil e Penal) são assuntos de polícia e Justiça, a transgressão responsabilidade das instâncias específicas da instituição (conselho da escola, Secretaria Municipal ou Estadual de Educação) e a incivilidade problema para os educadores.

O trecho destacado acima deixa transparecer em que instâncias o problema da violência pode ser resolvido. Deste modo cabe à escola a responsabilidade em tomar providências em situações de insulto ao professor. Em casos onde o professor esteja em perigo, é preciso que as providências sejam tomadas em outras instâncias, em nosso entendimento, a denúncia ou queixa à polícia. Quanto ao desafio das incivildades ou do *bullying* a responsabilidade cabe a todos os educadores, na escola ou fora dela, que devem enfrentar através de um trabalho educativo que envolva toda a escola. Em casos mais graves, como o tráfico de droga, a competência é da polícia.

Nunca é 100% de origem externa a violência considerada externa. [...] Da mesma forma, nunca é 100% interna a violência assim considerada. Sempre é possível encontrar um argumento para defender a tese de que a violência tem fontes nas estruturas sociais ou, pelo contrário, que se enraíza nas interações e situações contextualizadas. Mas o que importa, é entender como as fontes ditas externas e internas se articulam em casos concretos. (ABRAMOVAY, 2005, p. 19-20).

Essa compreensão é necessária em nosso entendimento se pretendemos realizar uma prática pedagógica que ultrapasse o limite da constante responsabilização individual que pode ser eficaz, no entanto não resolve e nem permite compreender o problema de fato. Tomando por base que, o ato violento sempre ocorre em uma situação psicológica ou socialmente tensa, pode-se concluir segundo a autora que:

---

<sup>3</sup> Com base nos estudos da autora citamos uma forma particular de incivilidade, chamada de *bullying*.

Portanto, sempre se pode dizer que a própria situação é violenta. Deste ponto de vista, pobreza, injustiça, exploração, desigualdade social podem ser consideradas violências. Até o ato pedagógico, mesmo que, legítimo, adequado e sadio, já foi rotulado de violência, na medida em que implica uma tensão. Assim foi “evidenciado” que a pobreza é causa da violência (ABRAMOVAY, 2005, p. 22).

Spinoza (apud ABRAMOVAY, 2005) relata que a lista e sentimentos insuportáveis estão ficando cada vez mais longos e que a sociedade agüenta cada vez menos a dor, incluindo a dor psíquica, o mal-estar, a frustração. Estar numa sociedade onde se visa o desenvolvimento econômico leva à valorização do consumo, do desejo de consumir e também à frustração, à tristeza, todas aquelas emoções negativas que reduzem a nossa capacidade de agir e contrariam a sensação de esforço pessoal, de perseverança.

Abramovay (2005) opta por um conceito ampliado de violência, incorporando atos, comportamentos, palavras, até pequenas, que causam mal-estar ao indivíduo. Mas ao se considerar que há violência em qualquer situação que causa mal-estar, que incomoda, frustra, machuca, conclui-se que qualquer ato pode ser considerado violência. Segundo a autora, se o pesquisador envolvido na questão da educação, tivesse que propor uma definição da violência, proporia a seguinte:

“Violência” é o nome que se dá a um ato, uma palavra, uma situação, etc., em que um ser humano é tratado como um objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível. Assim definida, a violência é o exato contrário da educação, que ajuda a advir o ser humano, o membro da sociedade, o sujeito singular (ABRAMOVAY, 2005, p. 24-25).

Além da multiplicidade de formas que o conceito violência assume, conforme a autora existem também, diferenças entre os períodos históricos e as culturas no que tange à compreensão sobre o tema, o que leva a concluir conforme as palavras de Abramovay que a violência é um conceito relativo, histórico e mutável. É um conceito ressignificado segundo tempos, lugares, relações e percepções. É um conceito que abrange atos, palavras, comportamentos, práticas materiais e físicas.

Apesar de a violência chocar, o que agrava é que com o aumento sucessivo de ocorrências, passa-se a conviver com o horror, e os que a

experimentam nas palavras de Abramovay (2005), “acabam por ser cúmplice da sua banalização”. O que nos faz concluir que em cada época e em cada sociedade as representações e os sentimentos em relação à violência variam, assim como a reação e as providências tomadas em razão dela.

Para Chesnais (apud ABRAMOVAY, 2005), a violência física é a forma de violência mais conhecida e o conceito considerado mais correto. Segundo o autor encontra amparo no código penal e nas perspectivas adotadas por alguns profissionais, tais como médicos e policiais, o que pode levar a desconsiderar a violência moral, a simbólica e a violência econômica. Portanto, falar em violência na análise do autor é falar da chamada “violência dura” (CHESNAIS apud ABRAMOVAY, 2005, p. 56).

Abramovay (2005) utiliza as análises de Gonçalves e Spósito que comentam a respeito da violência a partir da década de 1990. Para os autores:

Embora os estudos sejam bastante fragmentados é possível considerar os anos 90 como um momento de mudanças no padrão de violência nas escolas públicas, englobando não só atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. São mais frequentes as agressões verbais e as ameaças. Este fenômeno alcança as cidades médias e as regiões menos industrializadas do país (GONÇALVES; SPÓSITO apud ABRAMOVAY, 2005, p. 67).

Assim como outros autores citados, Abramovay (2005) destaca a obra de Peralva que insiste que se deva ter uma maior reflexão sobre o papel do Estado, a participação das populações de baixa renda e da sociedade civil no jogo democrático, além da importância de reformas na polícia e na justiça (PERALVA, apud ABRAMOVAY, 2005, p. 61) a fim de resolver o problema da violência. Peralva defende que é preciso um Estado que possa fazer cumprir as leis, controlando a transgressão e a punição.

Ao discutir o assunto, Pino (2007) destaca a violência simbólica como um tipo de violência que não é considerada violenta, mas que representa a expressão pura da violência.

O autor comenta que os atos violentos considerados mais graves, com requintes de crueldade, são vistos como atos irracionais, o que nos leva a concluir que, essas pessoas não são racionais, pois, esta tira o controle da razão, com tendências desumanas. No parecer do autor, se a violência é considerada um ato

irracional, não é por ser o indivíduo desprovido de razão, e sim, é um produto de uma razão racional. Na explicação do autor: “O problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária à própria existência (física, social ou psicológica)” (PINO, 2007, p. 769).

A partir do exposto entendemos que as formas físicas são as mais facilmente verificadas e chocam com maior facilidade, dado as marcas visíveis que esta apresenta em oposição às chamadas violências simbólicas, que, através do seu perfil de ocorrência se revelam mais perversas, pois é algo que acontece, mas que não tem marcas visíveis. Pino explica que entre a violência simbólica estão “as várias formas de exclusão social que se perpetuam historicamente, afetando milhões de habitantes aos quais se nega na prática os direitos humanos fundamentais reconhecidos na teoria” (PINO, 2007, p. 770).

A análise da relação entre violência e sociedade é uma tarefa complexa segundo Pino (2007), pois primeiramente depende da concepção que se tem a respeito dos termos citados e dependendo da concepção, pode se verificar que: “o “olhar” sobre eles e sobre a sua relação não será o mesmo” (PINO, 2007, p. 771) e também porque segundo ele temos a sociedade e o fenômeno da violência interligadas, pois uma não existe sem a outra.

Entendemos a partir de Pino (2007) que os homens ao se organizarem como seres sociais, estabelecem princípios, regras, normas ou leis para definir suas formas de organização social, sabendo que o coletivo humano não é homogêneo, com conflitos e interesses diferentes.

Por isso, temos os incluídos, aqueles que têm acesso a todos ou quase todos os benefícios de nossa sociedade, e aqueles que nada têm, considerados marginalizados, excluídos, ou fora do sistema. Essa diversificação de classes sociais faz com que essa contradição seja visível acarretando as mais perversas realidades.

No livro *Cotidiano das escolas: entre violências*, Coordenado por Miriam Abramovay (2005), em parceria com a UNESCO, é relatado o *cotidiano* de *escolas* públicas, onde faz uma abordagem mais ampla do ambiente escolar, trazendo conceitos de vários autores sobre violências e suas mais variadas formas de ocorrência.

Ao analisar a violência, Abramovay (2005) contribui com o esclarecimento de que existe uma multiplicidade de formas assumidas e que o período histórico e a

cultura influenciam na sua compreensão. Alerta que é necessário abandonar definições rígidas e restritivas, que limitam a violência a um ou outro tipo de manifestação.

Em nosso entendimento violência não é um termo simples como aparenta. Vemos que esta vem se agravando a partir de 1990 pelo aguçamento das contradições sociais que vivemos. Segundo Nogueira e Pimenta (2009) tal ocorrência se dá pela insatisfatória ação do Estado, na sociedade em que vivemos trazendo para a escola os reflexos e suas conseqüências.

O que devemos estar atentos é que um tipo de violência não exclui a outra, sendo resultantes de conflitos societários que vivemos. Isso portanto quer dizer que uma violência física pode ser procedente de uma violência moral e assim por diante.

Nesse sentido, ao definir violência, podemos dizer que este é o nome dado quando o indivíduo não é tratado de maneira digna, onde seus direitos e sua dignidade de ser humano são negados, podendo ser encontradas de diversas maneiras e atingindo o indivíduo de forma: física, psicológica, moral, simbólica, instrumental e econômica podendo aparecer na escola, dentro da escola e ser da escola.

A seguir apresentamos um quadro com os tipos de violência:

Violências	1. Física	Agressão pelo uso da força física
	2. Psicológica	Ameaças, rejeição, depreciação, indiferença, discriminação, desrespeito, punições exageradas, agressão verbal, exclusão social
	3. Moral	Discriminação, desrespeito
	4. Simbólica	Insultos, palavra que machuca, autoridade
	5. Dentro da Escola	Ameaças, constrangimentos, agressão física, bullying
	6. Na Escola	Ameaças, depreciação ao patrimônio
	7. Da Escola	Discriminação, punição exagerada, castigo.
	8. Instrumental	Para atingir fim social – estima, status, poder.
	9. Econômica	Diferença social

**Quadro 1**-Tipos de Violência

Os tipos de violência como podemos verificar são muitos. Percebemos que mesmo tentando realizar uma classificação há intersecção entre os tipos de violência e os locais onde ocorrem. Trazemos a seguir conceitos aqui discutidos que entendemos contribuir com nossa discussão a seguir:

Autor	Conceito com base no autor
Abramovay e Rua (2002)	Uma construção social, que se dá em meio a processos e interações entre sujeitos num dado espaço institucional, a saber, a escola. As tensões do cotidiano, o surgimento de armas, o narcotráfico, a presença de gangues.
Abramovay (2005)	A violência é um processo relativo, histórico e mutável (ABRAMOVAY, 2005, p. 54). A violência não existe. O que existe são atos, gestos, agressões, ameaças, palavras, brincadeiras e até silêncios, que matam, ferem, machucam, ofendem, aborrecem, frustram, etc.
Pino (2007)	No pensamento moderno, a violência evoca a idéia de desordem: “desordem da razão”, “desordem moral” e “desordem social”, as quais têm em comum o fato de fazerem do indivíduo a origem e causa dessas desordens.
Nogueira e Pimenta (2009)	A violência é fato. É definidora de lugares, de pessoas e de classes mais propensas a sua prática, no âmbito da representação social, do imaginário e do senso comum. Em torno da violência transitam esteriótipos e estigmas, cuja repercussão social determina às classes populares o papel principal da cena urbana, ora como vitimizado ora como vitimizador.

#### **Quadro 2-** Conceitos de Violência

Como podemos notar, a violência é uma palavra ampla, que leva a vários significados, como agressão, crime, ameaça, insultos, rejeição, indiferença e outros, por isso a importância de se saber o que vem a ser realmente violência, como se dá, para que ao tratarmos o assunto saibamos a amplitude de sua gravidade. Vimos vários tipos de violência, como a violência moral, psicológica, simbólica, instrumental, econômica, física, e a violência que acontece na escola, dentro da escola e da escola.

Esse estudo nos fez compreender que, a violência física é a mais fácil de se identificar, mas que existem outras, que ferem, machucam, mas não são visíveis, como é o caso da violência simbólica.

Vimos no presente estudo também que, a violência é consequência de uma estrutura vigente, que favorece uns em detrimentos dos outros e que existe uma classe que sofre as consequências desse sistema. Algumas atitudes são tomadas, mas essas atitudes não seguem o caminho que deveria tomar, pois não

se direcionam à resolução do problema, por isso seus resultados são momentâneos e o problema continua.

Podemos chegar a conclusão de que violência causa dano ao indivíduo, mesmo que esta não seja aparente. É quando usamos a força de forma excessiva, não respeitando o outro e sua integridade física, é quando não usamos força física, mas as intensidades de nossos atos afetam negativamente a esfera moral e psicológica de um indivíduo.

### 3.2 AS PROPOSTAS PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA

A partir da discussão dos conceitos de violência trazemos a descrição de propostas visando a superação desse problema. Há uma grande aposta na necessidade de construção de valores.

Peralva (2000, apud ABRAMOVAY, 2005), que faz um resgate em Edgar Morin, onde relata a necessidade em se investir em valores, diminuindo os riscos coletivos, e lembrar sempre que devemos colocar o direito à vida como um princípio central.

Abramovay (2005) analisa Vieira que alerta que para ter uma sociedade “pacificada”, é necessário:

[...] recusar os guetos, os “apartheid sociais”, ou seja, todos devem se sentir parte de uma cultura comum, partilhando normas e valores, ainda que se conserve o pluralismo e as diferenças não pautadas em desigualdades sociais – “o racismo, a pobreza, o não acesso à educação e a bens essenciais, à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior [...]” (VIEIRA apud ABRAMOVAY, 2005, p. 62).

Além dos valores, outros fatores são destacados como contribuidores para a singularidade dos conflitos e das violências no cotidiano escolar. Abramovay (2005, p. 29), diz que a escola formula regras de forma unilateral, sem a preocupação em consultar o aluno.

Outro ponto importante destacado pela autora, está na falta de diálogo das pessoas que trabalham na escola com os jovens. Há um desinteresse pela cultura, condições e vida dos jovens, o que vai além da sua identidade como aluno.

Segundo a mesma a escola tende a considerar a juventude como um grupo homogêneo, socialmente vulnerável, desprotegido, sem oportunidades, desinteressado e apático. O desinteresse e a indisciplina são apontados como dois complicadores nas relações entre professores e alunos. É necessário que se busquem estratégias de superação dos problemas, criando um ambiente em que alunos, professores, diretores, demais funcionários e comunidade se sintam pertencentes ao universo escolar, restabelecendo vínculos e relacionamentos positivos, sem a perda de identidades.

A autora acrescenta que a escola passa por uma série de mudanças, uma delas é o grande número de jovens que têm acesso ao ensino fundamental e médio, sem com isso ter uma educação de qualidade, principalmente na década de 1990. A democratização do acesso à escola é desejável, mas engendra uma série de movimentos que forçam a escola a mudar, para se adequar a esse grande número de pessoas que passaram a freqüentar a escola. É possível verificar então como segunda possibilidade uma aposta maior no diálogo.

Ao analisar a obra de Devine (1996), Abramovay (2005) destaca as diferentes condições de ensino entre o público e o privado. Tomando como referência as escolas consideradas de “segunda linha” na cidade de Nova York, que são caracterizadas por concentrar alunos com trajetória mal-sucedida, normalmente são escolas difíceis de serem administradas e mal-vistas pela sociedade em geral e que tais escolas possuem elevadas taxas de abandono e evasão, têm baixos índices de aprovação, além de obterem os piores desempenhos nos exames oficiais e serem detentoras das piores estatísticas sobre porte de armas. Nesse sentido, o próprio sistema educacional ao enfatizar as características, modo de organização e funcionamento das escolas acaba atuando como um instrumento de diferenciação das escolas.

Dentro das causas que podem potencializar violências nas escolas cita a autora, o descompasso entre a cultura escolar e a cultura juvenil, a falta de sensibilidade pelas formas de ser dos jovens, e como esses privilegiam a comunicação, os saberes que decolam do corpo docente e as artes. A autora ressalta que quanto à escola, esta tende a uma visão reducionista do jovem, e desconsidera a cultura juvenil, a qual se caracteriza por ser dinâmica e diversa. Esses dados demonstram a necessidade de compreensão dos sujeitos jovens e adolescentes como uma categoria com uma forma específica de ser que se



relacionava com um contexto social, econômico, cultural e político. A compreensão dessa categoria poderia implicar em melhoria de relacionamento, desvelamento de estigmas entre outras questões.

Outra questão a ser considerada como podemos verificar, são as dificuldades do trabalho docente, que com o grande número de alunos por sala de aula, junto a sobrecarga de trabalho, os docentes são quase que impedidos de estabelecer diálogos, relações de proximidade e desenvolver contatos. Sugestões como atividades extracurriculares podem facilitar o entrosamento dos alunos e da comunidade escolar colaborando para quebrar a rotina das aulas. DUBET citado por ABRAMOVAY (2005) afirma que, desigualdades sociais, econômicas e culturais não só refletem como reproduz no universo escolar. O descaso que se tem com a educação é vinculado à exclusão escolar, onde se fala em igualdade de acesso, há desigualdade de desempenho. Abramovay (2005) enfatiza ainda que, a escola integra mais, mas também exclui numa proporção ainda maior.

O autor ainda salienta que, o que se verifica nas relações entre alunos e diretores é exatamente a não-relação, sendo marcado pelo distanciamento, à ausência, ao não-atendimento de demandas, à indisponibilidade, ao autoritarismo e à falta de diálogo.

A obra em questão mostra as mais diversas possibilidades de definição do que vem ser a violência, as formas como estas vêm sendo apresentadas, a realidade verificada nas escolas, os problemas enfrentados e possíveis entendimentos sobre o caso. A partir desses relatos, é possível que se tenha um entendimento maior sobre o assunto, para que se viabilizem as possíveis causas, o por que isso vem ocorrendo, procure soluções para o assunto e não medidas paliativas sobre a questão. Verifica-se que não existe uma solução única para o problema. O que tem que ser feito segundo a autora:

[...] é um estudo das causas associadas à violência e de um trabalho educativo voltado para as mesmas e para a promoção de uma convivência que enfatize a positividade e o respeito à alteridade. Ao lado do respeito ao outro, é preciso resgatar Paulo Freire, para quem a alegria deve ser incorporada ao cotidiano escolar. Para ele, a alegria é necessária porque ela permite mudar a escola, lutar para incrementá-la, melhorando e aprofundando a mudança (ABRAMOVAY, 2005, p. 378).

Percebemos então um outro fator sendo destacado como forma de prevenir ou superar a violência, qual seja a convivência. Para além desta sugestão está a sugestão da Cultura da Paz. Segundo Marlova Jovchelovitch Noleto (2004), o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, com quatro anos de implantação, vem através da UNESCO, com preocupação de uma política pública para atender a juventude e tudo o que a ela diz respeito e assim desempenhar um papel na difusão da cultura de paz e na transformação da prática pedagógica, tendo então por objetivo promover a inclusão social e contribuir para a mudança da prática pedagógica nas escolas e integrá-las ao cotidiano do jovem e da comunidade. Um Programa, como diz a autora “voltado para a construção de uma cultura de paz, em prol da educação para todos e ao longo da vida, pela erradicação e o combate à pobreza e pela construção de uma nova escola para o século XXI” (NOLETO, 2004, p. 11).

Para isso, nesse documento Werthein, representante da UNESCO no Brasil, destaca que a escola precisa promover a ampliação das oportunidades de acesso a atividades de lazer, cultura, esporte, arte, como mesmo diz o autor “o que em si representa importante fator de transformação na vida dos jovens brasileiros” (NOLETO, 2004, p. 9).

Este Programa Abrindo Espaços, tem uma preocupação social que visa “minimizar a exposição dos jovens aos riscos de violências”. O autor ressalta que o aspecto mais importante da formação é: formar novas sociabilidades e esta pode ser construída em relações sociais prazerosas, e para isso é necessário que se oportunizem aos alunos aprendizagens alternativas aos finais de semana e que isso pode levar o aluno a ter mais interesse pela escola, vendo nela um espaço de prazer, o que se configura uma cultura de paz também durante a semana. (NOLETO 2004, p. 42).

Noleto (2004) realça que, o Programa não necessita somente de espaço físico. Para que ele seja realizado é necessária a participação de diretores, professores, merendeiras, auxiliares e outros; também equipamentos e materiais disponibilizados pela escola. Necessita da participação destes profissionais nos finais de semana por meio da realização de oficinas e ações diversas, os quais são selecionados através de consulta à juventude local e mapeamento prévio de talentos nas escolas e nas comunidades.

Verifica-se que este Programa é realizado por voluntários, membros da escola e da comunidade. Como se observa, a idéia é que o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz seja adotado em outras localidades, sempre com o intuito de redução da violência e da exclusão social. É uma proposta para que seja implementado nos níveis federal, estadual e municipal, onde visa a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. Essa proposta reforça o desenvolvimento de novas sociabilidades, mais uma sugestão para o rol de possibilidades na prevenção e superação da violência.

Ressaltamos que não é possível que no século XXI tenhamos que trabalhar com voluntários. Isso quer dizer que, qualquer pessoa pode atuar na escola. Há com isso uma secundarização da política e enaltecimento do voluntariado, ações próprias do contexto de desresponsabilização do Estado. Entendemos que o espaço escolar só pode ser ocupado por alguém com formação específica. O caráter voluntário não contribui para tal superação. A superação demanda em nosso entendimento da formulação de política pública e não boa vontade apenas.

Segundo Noleto (2004), este programa atende um número expressivo de pessoas, mas o montante geral é muito maior. Segundo dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, conforme cita o autor, a população de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil é composta por mais de 34 milhões de pessoas.

É possível perceber que o Projeto da UNESCO pretende atender as regiões mais carentes, o que compreende a uma demanda muito pequena comparada à existente. É triste ver a falta de opção por programas sociais que englobem todos os jovens. Noleto (2004) comenta como no contexto de *apartheid* social, muitas vezes os traficantes são considerados heróis, pois estes, infelizmente são os que proporcionam um certo amparo social na ausência do Estado.

A leitura da análise realizada por Noleto (2004) nos permite ressaltar que, devido à preocupação com a realidade brasileira no seu papel da erradicação e do combate à pobreza, o programa Abrindo Espaços, vem em muito contribuir para atender essa realidade e que, aparentemente é um gesto simples, para tanto a escola tem o papel de abrir a escola nos finais de semana e proporcionar diversas atividades para atrair jovens, crianças e familiares, ocupando-os e assim, diminuindo o número de casos de violência e como conseqüência, descobrir talentos.

Entendemos que a proposta a partir do exposto, é que é preciso espaços, programas e ações voluntárias para enfrentamento da violência.

Como se observa, a UNESCO, com mais de meio século de existência, tem seu campo de abrangência, nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Comunicação, Informação e Desenvolvimento Social, e indica segundo NOLETO (2004, p. 14) que:

[...], por intermédio da generalização do conhecimento, a humanidade poderá atingir padrões de convivência humana e de solidariedade. Esta concepção e perspectiva estão na origem dos atos constitutivos da Organização, datados de 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial.

A autora menciona A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art.26, onde:

[...] estabelece que toda pessoa tem direito à educação, que deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade. Tal direito colabora para o fortalecimento do respeito ao conjunto de diversos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A educação voltada para a cultura de paz inclui a promoção da compreensão, da tolerância, da solidariedade e do respeito às identidades nacionais, raciais, religiosas, por gênero e geração, entre outras, enfatizando a importância da diversidade cultural (NOLETO, 2004, p. 18).

Após esta discussão fica claro que, entre as propostas de superação do problema violência está: a construção de valores; o diálogo; a compreensão da categoria adolescente/juventude como pessoas que se desenvolvem em meio ao contexto social, político, econômico, cultural; a convivência; a cultura de paz; o desenvolvimento de sociabilidades; abertura de espaços com programas e ações voluntárias. Todas essas questões em nosso entendimento se relacionam aos Direitos Humanos que deveriam em nossa compreensão ser estendidos a todos.

Entendemos a partir da leitura que a UNESCO aposta na educação visando com que a sociedade caminhe de forma mais harmônica. Somos favoráveis à paz e à não violência, mas questionamos o entendimento que passa a ter a escola nesse cenário: qual é o papel da escola neste contexto? Qual sua função?

É preciso entender que a violência é uma questão ampla e está relacionada a questões estruturais. Os resultados aparecem na escola, mas não é de responsabilidade dela resolvê-los. Entendemos que a escola tem a função sim,

de ao instrumentar o aluno, fazer com que este perceba, conforme a sociedade em que se encontra como está organizada a sociedade historicamente e quais as causas e conseqüências da violência, assim como dos demais problemas sociais.

O que a escola poderia fazer para a superação desses problemas? Se a escola é um espaço de ensino, o papel da escola é o de ensinar, de que forma isso pode ser feito para que possa ser revertido esse problema. A escola tem que possibilitar ao aluno que eles compreendam como a sociedade está organizada e ver a relação de causa e conseqüência.

Nogueira e Pimenta (2009) comentam que a UNESCO monitora através das pesquisas a situação da violência no país traçando um mapa e enfatizam que, os pesquisadores ao estudarem a escola e a violência o fazem através de reflexões macroestruturais/microestruturais e a violência passa a ser explicada por determinações econômicas, por reflexões que priorizam determinantes psíquicos do comportamento ou por tentativas de relacionar esses dois aspectos separados. Os autores acrescentam ainda que:

Do ponto de vista científico, perde-se a oportunidade do questionamento ao modelo de sociedade vigente, inviabiliza-se a formação mais humanística ou de preparação à vida. Já do ponto de vista da instituição escolar, apontam-se transformações no processo de relação sociedade–escola–professor–aluno e nos fornecem elementos para ressaltarmos que as políticas educacionais, a escola e o professor não sabem lidar com esse aluno rebelde, agressor e violento, muito menos com a violência do sangue, da arma e das drogas que ultrapassou a divisória entre sociedade e escola (NOGUEIRA; PIMENTA, 2009, p. 6).

Conforme os autores, os olhares recaem sempre sobre a Escola Pública e quando falam de violências na escola, estão falando de escolas públicas e de classes populares.

Há um alerta dos autores de que no Brasil, os grupos de jovens têm modificado seus comportamentos, fenômeno que indica o surgimento de novos sujeitos sociais, assunto brevemente comentado em seções anteriores, cuja constituição funda-se na noção de pertencimento por intermédio do uso da força, na territorialidade e na necessidade de reconhecimento pelo grupo de pares. Essa modificação tem resultado na formação de gangs e galeras por exemplo.

Edgar Morin	Investir em valores.
Vieira	Todos devem se sentir parte de uma cultura comum, compartilhando normas e valores, ainda que se conserve o pluralismo e as diferenças não pautadas em desigualdades sociais.
Abramovay	Criar um ambiente em que alunos, professores, diretores, demais funcionários e comunidade se sintam pertencentes ao universo escolar, restabelecendo vínculos e relacionamentos positivos, sem a perda de identidades. Uma aposta maior no diálogo, melhoria de relacionamento, desvelamento de estigmas entre outras questões. Atividades extracurriculares podem facilitar o entrosamento dos alunos e da comunidade escolar colaborando para quebrar a rotina das aulas. Fazer um estudo das causas associadas à violência e de um trabalho educativo voltado para as mesmas e para a promoção de uma convivência que enfatize a positividade e o respeito à alteridade.
Noleto	Convivência - que se oportunizem aos alunos aprendizagens alternativas aos finais de semana.
Werthein	Promover a ampliação das oportunidades de acesso a atividades de lazer, cultura, esporte, arte.

**Quadro 3:** Propostas de superação da violência.

Em síntese, após discussão até aqui realizada, constatamos que a Unesco propõe a construção de valores; o diálogo; a compreensão da categoria adolescente/juventude como pessoas que se desenvolvem em meio ao contexto social, político, econômico, cultural; a convivência; a cultura de paz; o desenvolvimento de sociabilidades; abertura de espaços com programas e ações voluntárias, fazendo da escola um espaço para a resolução de todos os problemas da sociedade, sem se dar conta, o quanto já recai sobre ela.

### 3.3 A CULTURA DE PAZ SEGUNDO A UNESCO

São vários os campos de atuação da UNESCO em sua missão da construção da paz. De acordo com o artigo 1 do Ato Constitutivo da UNESCO (2008):

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo.

A “Cultura de Paz” foi definida pela Assembléia Geral da UNESCO (2008) como “um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” que se pautam pela valorização e “respeito à vida, ao fim da violência, à prática da não-violência por meio da educação, diálogo e cooperação”.

Outros valores complementam a Cultura de Paz como: tolerância, solidariedade, compartilhamento, respeito aos direitos individuais, liberdade de opinião. A leitura da proposta da Cultura da Paz considera que por tais valores também haverá a prevenção de conflitos, do desenvolvimento da exclusão e da pobreza e conseqüentemente da degradação ambiental. A proposta é de resolução dos problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação. Deste modo há a compreensão de que a guerra e a violência se constituem ações inviáveis.

O ano de 2000 foi proclamado pela UNESCO como o Ano Internacional da Cultura de Paz, e 2001 a 2010 período da *“Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo”*.

A proposta de Cultura de Paz considera os variados contextos em que cada ser humano vive e defende: “Uma educação que torne cada cidadão sensível ao outro, e que imponha um senso de responsabilidade com respeito aos direitos e liberdades”.

Os estudos de Pino (2007, p. 780) convergem com esta proposta. Para o autor:

Educar para a “não-violência” é, portanto, ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações. A questão então é saber quais são essas razões e qual é seu poder de persuasão para evitar a violência.

O autor assinala que a violência é um problema da sociedade como um todo e traz conseqüências ao meio escolar de várias maneiras e por várias razões.

O autor tece críticas à escola e diz:

A escola é, em certo sentido, uma espécie de caixa de ressonância das turbulências sociais que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem seus integrantes. Embora seja condenável qualquer prática de discriminação de alunos em função do lugar de procedência (periferias, favelas e bairros operários), que tem muito a ver com a condição social de classe, é inegável que a convivência deles com o clima de violência que pode existir nesses meios afeta de alguma maneira sua vida na escola. O fato de ser a escola uma instituição frequentemente alheia ao que ocorre no meio social em que está inserida provoca um certo distanciamento entre ela e o próprio meio, o que a torna um “objeto” estranho para este meio e alvo fácil de ações predatórias, além de ser um espaço predileto de circulação de produtos legalmente proibidos, como as drogas (PINO, 2007, p. 781).

Como observado por Pino (2007), a escola de hoje continua praticamente a mesma de séculos anteriores, como reforça o autor: “imobilizada frente às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade”. As relações entre os integrantes que compõem o quadro da escola também mudaram e dirigentes (direção, administração e corpo docente), parecem não entender as mudanças. Nas palavras do autor:

A instituição escolar traduz em si mesma, em maior ou menor grau, os processos e mecanismos históricos de exclusão social das crianças e jovens das classes populares. Não é de se admirar então que a instituição estranhe esses alunos, que em algumas escolas são maioria absoluta, e que esses alunos estranhem a instituição, abrindo-se assim no interior da escola o caminho para ações predatórias internas e para a emergência de formas com características abertas ou veladamente violentas. Pode-se dizer então que, se a escola, como outras instituições sociais, muito pode fazer para incentivar a compreensão por parte dos alunos dos valores realmente humanos, livres de qualquer afetação moralista, capazes de fornecer razões para não optar pelo uso da violência no intuito de viver uma sociabilidade humana, ela tem também que repensar sua função numa sociedade em constante mudança (PINO, 2007, p. 782).



A análise até aqui empreendida mostra que se por um lado a escola funciona como caixa de ressonância dos problemas sociais entre eles, a violência por outro, passa a ser responsabilizada por não trazer soluções para o problema. Será que essa é uma atribuição da escola? Em algumas obras percebemos que a escola vem sendo considerada possibilidade de salvação para os problemas sociais. Exemplificamos com o relatório Delors que atribui à educação a possibilidade de transformação societária e redução de problemas sociais.

O Relatório Delors (2001), destaca que a humanidade entrou num período de profundas mudanças nos últimos 50 anos, com rápidas transformações nos meios e nos modos de produção, resultado da revolução tecnológica e científica e com as novas tecnologias, através das máquinas, está sendo substituída boa parte do esforço cerebral humano. Convém ressaltar que, o relatório considera a existência de um mercado de trabalho cada vez mais complexo, competitivo e reduzido em suas dimensões em relação às novas tecnologias, o que leva a um aumento de produção, mas com uma redução dos pontos de trabalho, cuja consequência é a exclusão social.

É a partir de então que a educação vem se tornar importante. Conforme o relatório:

A educação tem, pois, uma especial responsabilidade na edificação dum mundo mais solidário, [...]. O sentimento de partilhar valores e um destino comum constitui, em última análise, o fundamento de todo e qualquer projeto de cooperação internacional. (DELORS, 2001, p. 49).

Percebemos a partir desse excerto que educar é desenvolver o sentido da responsabilidade pessoal, essa responsabilidade passa a ser conteúdo da nova cidadania requerida atualmente. Há um entendimento de que pensar o futuro de todos implica rever posições pessoais de responsabilização pelos problemas sociais.

A família é vista no relatório como instituição complementar à escola. Cabe a ela, segundo o relatório, a tarefa de orientar o jovem na interiorização de ideais de justiça social, de respeito pelos outros, de liberdade, de tolerância na convivência diária. Caberá à escola um papel importante na formação integral, na sua dimensão física e moral, na sua capacidade de construir uma sociedade formada por cidadãos livres, responsáveis e justos. Por isso a educação no século

XXI precisa ser realizada numa parceria radical entre escola, família, sociedade e Estado.

É preciso ressaltar que a UNESCO propõe uma educação para a convivência e para a passividade, num momento em que na verdade o que impera é competitividade entre as pessoas pela necessidade de existência. Vêem-se no Relatório que, é exigida da educação novos desafios, não sendo mais reduzida apenas à transmissão de conhecimentos, habilidades e destrezas. Há grande preocupação com a pobreza e a violência e como podemos verificar, na opinião expressa no Relatório “a crise social do mundo atual conjuga-se com uma crise moral, e vem acompanhada do desenvolvimento da violência e da criminalidade” (DELORS, 2001, p. 53).

Para a UNESCO a escola precisa ser reformada, passar a trabalhar com competências sociais. Para dar conta da missão a educação no sentido adaptativo, a proposta feita pelos pilares da educação são:

- a)** Aprender a conhecer; de acordo com a discussão realizada pelo autor entendemos que esse tipo de aprendizagem se dá a partir da experiência.
  
- b)** Aprender a fazer, ligado ao campo profissional, onde o documento mostra como ele vê o profissional para que ele desempenhe bem suas funções, seu conhecimento, sua constante atualização para se adequar às necessidades do mundo do trabalho.
  
- c)** Aprender a viver junto e aprender a viver com os outros, outro pilar citado no relatório, diz respeito a diversidade, a tolerância. Há uma tendência em dar prioridade a competição e ao sucesso individual.
  
- d)** Aprender a ser, onde visa ser criativo, com melhor desenvolvimento da personalidade e capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal.

Conforme a discussão realizada nesse trabalho com base em Fitoussi e Rosanvallon (1997) vê-se a solidariedade sendo tratada a partir do indivíduo, assumindo feições de generosidade e boa vontade. Essas ações são apresentadas na sociedade e transformadas em espetáculo em conjunto de características que reforçam os “bons sentimentos” e desmontam a necessidade de se pensar o coletivo, de se pensar a constituição de políticas sociais que ampliem responsabilidade do poder público e atendimento da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho por meio de uma discussão sobre a violência com base no entendimento de que está relacionada com as poucas condições econômicas e de vida digna do nosso país. Tomamos a UNESCO como referência para esta pesquisa já que a mesma desde seu surgimento tem como proposta disseminar a paz e defender os direitos humanos. Atualmente esta agência vem promovendo uma proposta de Cultura de Paz a ser realizada pelas escolas e sociedade de forma geral.

A partir dos dados relatados no trabalho pudemos observar as várias formas de manifestação da violência que envolve a educação em específico e a sociedade de forma geral. Questões como desigualdade social, empobrecimento da população somados à desresponsabilização do estado pelos serviços sociais básicos agravam a situação e fica a cargo da escola tratar desses assuntos, fazendo com que essa assuma mais encargos do que os que ela já tem.

No entendimento da UNESCO, a violência é um conceito que se define a partir de uma complexidade, cuja solução pode se dar a partir da formação de valores. Um conceito que se define pela ótica da complexidade permite o entendimento da fragmentação das causas que promovem a violência, uma questão que entendemos não deixar margem para análise da questão violência em relação a aspectos estruturais sob as quais se assentam o sistema de acumulação capitalista.

Numa perspectiva crítica, Soares (2003) se opõe ao viés dominante da UNESCO que ao considerar a complexidade do termo violência, bem como de suas causas e consequências fica vulnerável a justificar o problema numa ótica neoliberal, responsabilizando as pessoas pelas causas de problemas sociais. Para Soares a violência tem referência na questão econômica. É importante lembrarmos que a criação de um Estado mínimo na área social e um Estado forte no econômico, mostra que a preocupação do Estado está em garantir os interesses dos grupos capitalistas, gerando competitividade e desigualdade social.

Nesse processo cabe à educação desenvolver e formar cidadãos com novas competências e valores como afirmado em Delors (2001), um cidadão adaptado em substituição a um cidadão que reivindica direitos, que são consideradas a partir do estudo realizado, necessidades fundamentais para a

convivência entre os outros, partindo da condição de estar cooperando para uma melhoria da qualidade de vida.

Como formanda em pedagogia, na área de atuação é necessário que se tenha um conhecimento teórico sobre o assunto. Isso se tornará possível se exigirmos que o Estado garanta suas obrigações na promoção de uma educação de qualidade, valorizando o professor, dando qualidade digna de trabalho para que este tenha condições de estudar continuamente para entender as polêmicas feitas dos problemas sociais, onde possa analisar, criticar, interpretar e se manifestar ante as mudanças e desigualdades sociais. Também é necessário que se conheça o impacto que os programas sociais lançados vêm ocasionando nas escolas, pois estes contam com apoio político, divulgam uma intencionalidade em termos de projeto de sociedade e, muitas vezes recebe até financiamento de organismos internacionais que objetiva o apaziguamento dos problemas sociais. Portanto, o que devemos ter consciência é que há necessidade que se modifique a base estrutural, se isto não for feito, os problemas não serão resolvidos e tudo permanecerá como está.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília:, Observatório de violência, 2005.

**ÁRVORE de Natal preta mostra o luto de famílias vítimas da violência**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://dois-em-cena.blogspot.com/2008/12/rvore-de-natal-preta-mostra-o-luto-de.html>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

CARVALHO, Maria do C. B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. 3.ed.São Paulo: Cortez; 2003 p. 267 –273.

**COMITÊ paulista para a década da cultura de paz: um programa da UNESCO - 2001-2010**. Disponível em: <[http://www.comitepaz.org.br/a\\_unesco\\_e\\_a\\_c.htm](http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm)>. Acesso em: 24 ago.2008.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO, da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. **A nova era das desigualdades**, Oeiras, Celta Editora, 1997.

NOGUEIRA, Rosana M. C. Del Picchia A.;PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Escola e violências: uma reflexão possível**. Disponível em:<[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt14/gt14845int.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt14/gt14845int.doc)> . Acesso em: 26 maio 2009.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch, et al. **Abrindo espaços: educação e cultura para a paz**. 3. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL RIO DE PAZ. **Rio de Paz promove ato em Copacabana para lembrar as vítimas de mortes violentas**. Rio de Janeiro. Disponível em:<[http://extra.globo.com/rio/materias/2008/12/13/rio\\_de\\_paz\\_promove\\_ato\\_em\\_copacabana\\_para\\_lembrar\\_as\\_vitimas\\_de\\_mortes\\_violentas-587041288.asp](http://extra.globo.com/rio/materias/2008/12/13/rio_de_paz_promove_ato_em_copacabana_para_lembrar_as_vitimas_de_mortes_violentas-587041288.asp)>. Acesso em: 15-12-08

\_\_\_\_\_. **ONG estende varal com 6 mil rosas para lembrar vítimas da violência no Rio**. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/12/15/materia.2007-12-15.4760146988/view>>. Acesso em: 15-12-08

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade:um olhar sobre o brasil contemporâneo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 20 fev. 2009.

**PROTESTO com pneus e bonecos lembra desaparecidos no estado**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/noticias/rio/0,,mul916534-5606,00-protesto+com+pneus+e+bonecos+lembra+desaparecidos+no+estado.html>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002

SOARES, Laura Tavares. O Desastre Social. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial**: mestres explicam a globalização. São Paulo: Record, 2003. p. 01 -121.

**UNESCO**: o que é e o que faz. Disponível em:  
<<http://www.brasilia.unesco.org/unesco>>. Acesso em: 24 out. 2008.